



SEGUROS

I.B.K. – Mediação de Seguros, Lda.

Relatório de Gestão
Exercício 2024



RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2024

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e das disposições estatutárias, vem a Gerência da **I.B.K. – Mediação de Seguros, Lda.**, apresentar o Relatório de Gestão, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL¹

Enquadramento internacional:

As projeções do Eurosistema apontam para um crescimento moderado da atividade económica mundial em 2024–27, mas as tensões económicas e geopolíticas implicam uma incerteza elevada.

A evolução recente da economia mundial tem sido caracterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes, excluindo a China, contrasta com a evolução das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo. Projeta-se que o PIB mundial cresça 3,1% em 2024, 3,2% em 2025 e ligeiramente menos nos anos seguintes, refletindo o abrandamento gradual da atividade da China.

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho.

No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos

¹ Fonte: Comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de dezembro de 2024
(<https://www.bportugal.pt/comunicado/comunicado-do-banco-de-portugal-sobre-o-boletim-economico-de-dezembro-de-2024>)



Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola.

As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

O comércio mundial acelera em 2024 e deverá manter um crescimento em linha com o da atividade global nos anos seguintes. Em 2026–27 o crescimento da procura externa estabiliza em torno de 3,2%, em linha com o do comércio mundial. A materialização das políticas protecionistas pré-anunciadas pelo Presidente recém-eleito dos EUA constitui um risco adverso para as exportações da área do euro. O mercado dos EUA representa 17% das exportações extra-área do euro, 10% das exportações da Alemanha, França e Itália, 6% das exportações de Espanha e Portugal e mais de 20% das exportações da Irlanda.

A inflação da área do euro continuará a diminuir em 2025, estabilizando em torno de 2,0% até 2027.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

Enquadramento interno:

O crescimento da economia portuguesa deverá situar-se em 1,7% em 2024, aumentar para 2,2% em 2025 e 2026, e reduzir-se para 1,7% em 2027. O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia.

A inflação deverá reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2% em 2026-2027. Esta evolução reflete a moderação gradual dos custos salariais e a manutenção de pressões inflacionistas externas contidas.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente este ano possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3%

estimados no OE2025. Nos anos seguintes, a manutenção da situação orçamental deficitária é explicada pelos efeitos das medidas permanentes já adotadas, que impactam tanto a despesa pública como a receita fiscal, pelos empréstimos do PRR previstos para 2026 e, a partir de 2027, pelo aumento de despesa nacional necessária para assegurar a continuidade dos projetos financiados pelo PRR.

O rendimento per capita cresce a um ritmo mais moderado do que o do PIB, refletindo o aumento da população. Este aumento da população resulta de saldos migratórios positivos e significativos que mais que compensam o saldo natural negativo. Os imigrantes têm tido um efeito positivo sobre a economia, em particular mitigando a escassez de mão-de-obra nalguns sectores.

Entre 2019 e 2023, enquanto o PIB aumentou 6,3%, o PIB per capita cresceu 3,7%, tendência que se mantém no horizonte de projeção. Em 2027, o PIB deverá situar-se 15% acima do valor de 2019 e o PIB per capita 9%.

A composição do crescimento económico altera-se no horizonte de projeção, refletindo uma elevada volatilidade do investimento. Em 2024, o crescimento económico sustentou-se sobretudo no consumo, com um contributo, líquido de conteúdo importado, de 1 pp em 1,7%. O contributo do investimento deverá ser nulo em 2024, torna-se positivo em 2025–26 e volta a ser nulo em 2027, refletindo neste ano a queda da componente pública. O contributo das exportações de bens e serviços diminui em 2024, após os valores elevados de 2023, ainda influenciados pela retoma pós-pandemia dos serviços, mas recupera gradualmente no horizonte, em linha com o comportamento esperado da procura externa.

Em 2024, o rendimento disponível real regista um aumento historicamente elevado, que se traduz numa aceleração do consumo privado e numa subida marcada da poupança. O rendimento disponível real aumenta 7,1% (2,7% em 2023) o que compara com um crescimento de 3% do consumo privado (2% em 2023).

A subida da poupança em 2024 refletirá o impacto das taxas de juro elevadas, motivos de precaução e a reposição do valor real do património financeiro, para além do efeito da composição do aumento do rendimento favorável à poupança.

O investimento deverá recuperar dinamismo em 2025–26 com a melhoria das condições financeiras e das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus. Em 2024, o crescimento de 0,5% da FBCF decorre sobretudo da componente pública. A situação melhora em 2025–27 refletindo a redução adicional das taxas de juro. O investimento público acelera

em 2025–26 com a maior execução esperada dos fundos europeus e reduz-se em 2027 com o fim do PRR.

As exportações deverão crescer 3,9% em 2024 e 3,2%, em média, em 2025–27, num contexto de aceleração da procura externa, menor dinamismo do turismo e ganhos de quota progressivamente menores. As exportações de bens recuperaram em 2024, de forma mais marcada do que noutros países da área do euro, onde o setor exportador tem sido afetado por problemas de competitividade. No primeiro semestre de 2024, os exportadores portugueses de bens continuaram a ganhar quota em termos nominais nos mercados da UE, com contributos positivos da maioria dos grupos de produtos. As exportações de bens deverão crescer 3,8% em 2024, após uma contração de 1,5% em 2023, e 3,3%, em média, em 2025–27.

As importações crescem no horizonte de projeção a um ritmo superior ao de 2023, em resultado do aumento do conteúdo importado da procura global, associado ao maior dinamismo das exportações de bens e da FBCF.

O excedente externo aumenta de 1,9% do PIB em 2023 para 3,8% em média em 2024–26 e reduz-se para 3,3% em 2027, condicionado pelo perfil das transferências com a UE.

As transferências líquidas da UE aumentam para 1,7% do PIB em 2024 e 2,7% em 2025 e 2026, diminuindo para 1,4% do PIB em 2027 com o fim do PRR. O saldo da balança de bens e serviços deverá situar-se em 2,2% do PIB em média no horizonte de projeção, refletindo um défice de 9% do PIB nos bens e um excedente de 11,2% nos serviços.

Ao longo do horizonte de projeção, o emprego deverá aumentar 1,3% em 2024 e desacelerar progressivamente para 0,4% em 2027. Esta desaceleração acompanha a evolução mais contida da população em idade ativa, com saldos migratórios positivos, mas inferiores aos máximos registados no passado recente, e a manutenção de um saldo natural negativo, e aumentos marginais da taxa de atividade. A taxa de desemprego deverá manter-se historicamente baixa.

O salário por trabalhador desacelera no período de projeção, acompanhando a diminuição das expectativas de inflação. Após um aumento de 7,6% em 2024, o crescimento dos salários nominais deverá situar-se em 4,6% em 2025 e desacelerar para 3,7% em 2027, refletindo também os menores aumentos do salário mínimo. No setor público, espera-se um dinamismo superior dos salários, refletindo o impacto da revisão nas carreiras de alguns setores e as novas regras de avaliação de desempenho e progressão na carreira anunciadas em 2024.



2- APRECIACÃO GLOBAL DA GESTÃO

No ano de 2024, o volume de negócios da I.B.K. – Mediação de Seguros, Lda aumentou 13%. Este aumento deveu-se essencialmente à estratégia de diversificação que a empresa tem levado a cabo nos últimos anos.

No que respeita aos resultados do exercício, estes diminuíram cerca de 73 %, face ao período anterior, pois não obstante o crescimento do volume de negócios, o aumento dos valores de fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal apresentou um ritmo de crescimento superior ao daquele.

Face a este contexto, há ainda a salientar que o fundo de maneo e a autonomia financeira apresentam valores confortáveis, permitindo à empresa encarar o futuro, que se advinha difícil, com tranquilidade.

Os principais indicadores económicos e financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentam-se como segue:

a) Evolução do Volume de Negócios

Descrição	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Volume de Negócios (euros)	1.437.428	1.269.181	168.247	13%

b) Estrutura de Gastos

(valores em euros)

Gastos	2024	2023	Var. %
Fornecimentos e Ser. Externos	-684.339	-494.040	38,52%
Gastos com o Pessoal	-554.097	-478.386	15,83%
Outros Gastos e Perdas - Outros Rendimentos	-77.537	-29.218	165,37%
Gastos de depreciação/amortização	-27.781	-8.054	244,95%
Gastos e Perdas Financ. - Juros e Rendim. Similares	-17.350	-14.424	20,28%
Total	-1.361.104	-1.024.121	24,76%

c) Resultados

Resultados	2024	2023	Variação	
			Valor	%
EBITDA	125.469	267.605	-142.136	-53%
EBIT	97.688	259.551	-161.864	-62%
Resultado antes de impostos	80.337	245.127	-164.789	-67%
Resultado Liquido	50.349	187.507	-137.157	-73%

Embora positivos em termos absolutos, os principais indicadores de resultados apresentaram uma variação negativa, em virtude já mencionado facto do ritmo de crescimento dos gastos ter sido superior aos dos rendimentos.

d) Estrutura Financeira

Rácios Financeiros	2024	2023
AUTONOMIA FINANCEIRA	51,42%	49,05%
NET DEBT/EBITDA	0,66	0,14

A empresa manteve e reforçou inclusivamente ligeiramente a sua autonomia financeira.

e) Rentabilidade

Rácios Económicos	2024	2023
RENT. CAPITAIS PRÓPRIOS	10,14%	42,02%
EBITDA / ATIVO	12,99%	29,41%
EBITDA / VN	8,73%	21,08%

A evolução da estrutura de gastos e rendimentos teve também impacto ao nível dos indicadores de rentabilidade, os quais reduziram um pouco, embora mantenham valores positivos.

3- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

O investimento afeto à atividade da sociedade, atingiu o montante de 149.711,84€ distribuído da seguinte forma:

- Equipamento de Transporte – 149.711,84€

4- INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração/Gerência informam o que segue:

- A sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da sociedade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição

IBK – Mediação de Seguros, Lda.

Rua de Passos Manuel 14, 3.º, Sala 14 | 4000-381 Porto | www.ibkseguros.pt

T: (+351) 220 998 857 | E: geral@ibkseguros.pt | Mediador de Seguros nº 414416524 | NIPC 513098232



Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

- d) De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 5 do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais informamos que a sociedade não adquiriu ou alienou ações/quotas próprias durante o exercício de 2024, pelo que o número destas à data de encerramento era nulo;
- e) Nos termos previstos na alínea e) do n.º 5 e no n.º 4 do artigo 397º, ambos do Código das Sociedades Comerciais informa-se que não existiram negócios entre a Administração e a sociedade no decurso do exercício de 2024.
- f) Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2024 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- g) A sociedade não tem sucursais.

5- GESTÃO DO RISCO

A Gestão do Risco tem como objetivo central a criação de valor, através de processos de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir a Sociedade, estando subjacente uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo.

A sociedade tem uma equipa cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, promovendo uma visão independente e objetiva que suporte o processo de tomada de decisão da Gerência.

O processo de Gestão do Risco concretiza-se num conjunto de etapas que se repetem ciclicamente e que a seguir se apresentam:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de ações a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias

Como cultura de gestão e sentido de prudência, as tomadas de decisão são ponderadas e existe uma clara aversão ao risco, mas no desenvolvimento da sua atividade a empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos:

a) Gestão do Risco Financeiro

A Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da atividade, e induzem incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.

A postura da Sociedade à gestão de riscos financeiros é cautelosa e conservadora, sempre na perspetiva de que se relacionem com a atividade normal e corrente da Sociedade, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

b) Risco da Taxa de Juro

A política de gestão de risco da taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas, resultantes de variações das taxas de juros a que se encontra indexada a dívida financeira da Sociedade.

c) Risco de Liquidez

A política de risco de liquidez tem por objetivo garantir que existam fundos disponíveis a cada momento na Sociedade, suficientes para que estas possa fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que a Sociedade disponha dos meios financeiros necessários (saldos, fluxos financeiros de entrada) para solver compromissos (fluxos financeiros de saída), no momento em que estes se tornam exigíveis. A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Parcerias com as entidades financiadoras, assegurando o apoio financeiro, nas melhores e/ou nas mais favoráveis conjunturas;
- Realização de um planeamento financeiro, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto da sociedade;
- Manutenção de uma estrutura de dívida com níveis de financiamento de médio e longo prazo cada vez mais reforçada, reduzindo a dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros.
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reserva de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos financeiros.

d) Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir que a Sociedade promova a efetiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal da atividade.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito, que permitam fundamentar a decisão de concessão de crédito. Posteriormente, depois de concedido o

crédito é promovida pela organização a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança .

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não suscetíveis de afetar a saúde financeira da Sociedade.

6 - EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa.

As condições económicas necessárias à reafecção de recursos físicos e humanos decorrentes da transição digital e climática devem ser potenciadas, nomeadamente no contexto do PRR. A trajetória de redução do endividamento deve ser retomada, em particular do setor público, após a necessária interrupção na sequência da pandemia.

As tendências demográficas adversas – perspetivando-se a manutenção de saldos naturais negativos e do envelhecimento da população – implicam que o crescimento da força de trabalho nos próximos anos está dependente da capacidade de garantir saldos migratórios positivos, quer pela atração de mão-de-obra estrangeira quer pela retenção dos trabalhadores nacionais.

O aumento das qualificações constitui um objetivo coletivo fundamental. Tal exige o desenho de políticas ativas que facilitem a adaptação dos trabalhadores às alterações em curso.

A concretização destes objetivos determinará um aumento da produtividade, o único resultado que garante, no contexto dos desafios que a economia portuguesa enfrenta, um crescimento sustentado e inclusivo e o retomar do processo de convergência real com a área do euro.

Neste contexto, o foco estratégico consiste na melhoria da solvabilidade financeira, a reafecção de recursos físicos e humanos num contexto de transição digital e climática para potenciar o crescimento da sociedade.

A Gerência da I.B.K. – Mediação de Seguros, Lda, continuará incansavelmente o caminho do desenvolvimento e da valorização da empresa, com a audácia e prudência pelas quais tem pautado as suas decisões, pelo que irá continuar medidas que reforcem os projetos próprios

ou em associação que aumentem os níveis de sustentabilidade, nos seus pilares sociais, económicos e ambientais, especialmente no atual contexto de recuperação e retoma da economia.

8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

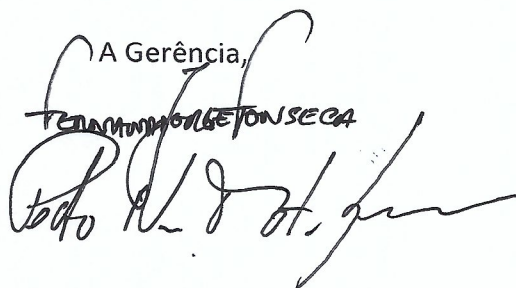
Assim nos termos legais e estatutários a Gerência da empresa propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido do exercício no montante de 50.349,19 € positivos, tenha a seguinte distribuição:

Reservas Livres 50.349,19€

9 - ENCERRAMENTO

A Gerência agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, bem como aos demais parceiros, o envolvimento e colaboração demonstrados, cruciais para os resultados já atingidos, e mais importante, para alcançar os nossos futuros desafios.

Porto, 31 de março de 2025.

A Gerência,

 FERNANDO GONÇALVES

I.B.K. – Mediação de Seguros, Lda.

Demonstrações Financeiras

Exercício 2024

Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Balanco Individual	3
Demonstração dos Resultados	4
Anexo.....	5
1. Identificação da Entidade.....	5
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	5
3. Principais políticas contabilísticas.....	7
4. Ativos fixos tangíveis	12
5. Rendimentos e gastos.....	12
6. Instrumentos financeiros.....	14
7. Benefícios dos Empregados	15
8. Acontecimentos Após Data do Balanço.....	16
9. Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais	16
10. Impostos de contribuições.....	18
11. Fluxos de caixa.....	18
12. Investimentos em subsidiárias e associadas.....	19

I.B.K. - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA.
Balanço em 31 de Dezembro de Dezembro de 2024
(Valores expressos em euros)

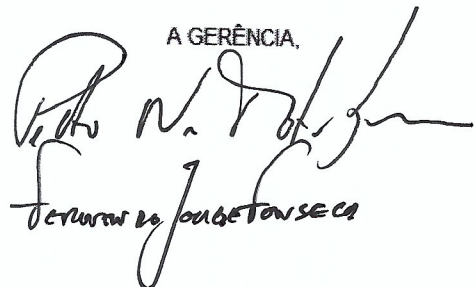
	Notas	31.Dez.24	31.Dez.23
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	503 261,78	454 900,85
Investimentos financeiros	12	45 384,67	45 134,67
Total dos Activos Não Correntes		548 646,45	500 035,52
Inventários			
Cientes	6	6 103,70	4 001,73
Estado e outros entes públicos	10	15 634,75	0,00
Outras créditos a receber	6	178 897,51	170 855,20
Diferimentos	6	8 630,20	5 561,22
Caixa e depósitos bancários	11	207 897,59	229 392,05
Total dos Ativos Correntes		417 163,75	409 810,20
Total do Ativo		965 810,20	909 845,72
Capitais Próprios			
Capital subscrito	6	50 000,00	5 000,00
Reservas legais	6	10 000,00	2 500,00
Outras reservas	6	386 281,16	251 274,57
Resultado líquido do exercício		50 349,19	187 506,59
Total dos Capitais Próprios		496 630,35	446 281,16
Passivo			
Financiamentos obtidos	6	229 668,77	219 231,35
Total dos Passivos Não Correntes		229 668,77	219 231,35
Fornecedores	6	10 682,48	16 899,67
Estado e outros entes públicos	10	14 236,10	51 705,49
Financiamentos obtidos	6	60 472,19	48 311,08
Outras dívidas a pagar	6	154 120,31	123 595,61
Diferimentos	6	0,00	3 821,36
Total dos Passivos Correntes		239 511,08	244 333,21
Total do Passivo		469 179,85	463 564,56
Total do Capital Próprio e Passivo		965 810,20	909 845,72

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A GERÊNCIA,


Jorge de Jesus Fonseca

I.B.K. - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA.

Demonstração dos Resultados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	2024	2023
Vendas e serviços Prestados	5	1 437 427,52	1 269 180,86
Subsídios à exploração	6	4 013,56	3 067,15
Fornecimentos e serviços externos	5	(684 338,81)	(497 039,67)
Gastos com o pessoal	7	(554 096,76)	(478 385,72)
Outros rendimentos	5	9 564,34	90,21
Outros gastos	5	(87 101,04)	(29 308,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		125 468,81	267 604,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(27 781,29)	(8 053,64)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		97 687,52	259 551,03
Juros e rendimentos similares obtidos		727,19	-
Juros e gastos similares suportados	6	(18 077,47)	(14 424,37)
Resultado antes de impostos		80 337,24	245 126,66
Imposto sobre o rendimento do período	10	(29 988,05)	(57 620,07)
Resultado líquido do período		50 349,19	187 506,59

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

João Pedro Carvalho Silva Araújo

A GERÊNCIA,

António N. V. Silva
Fernando José Fonseca

ANEXO

1. Identificação da entidade

1.1 - Denominação da entidade

I.B.K. – Mediação de Seguros, Lda.

1.2 - Sede Social

Rua Passos Manuel, nº14, 3ªAndar, sala 14,4000-381 Porto

1.3 - Natureza da atividade

Mediação de seguros. Prestação de serviços de consultoria especializada em todas as matérias relacionadas com seguros, incluindo a auditoria aos procedimentos de tratamento e gestão das carteiras de seguros e sinistros dos seus clientes, bem como apoio no controlo e implementação de medidas preventivas de sinistralidade. Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão. Compra e venda de imóveis. Arrendamento de imóveis. Gestão de imóveis.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições, tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo do passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes; os terrenos não são sujeitos a depreciação. As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver

reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Imparidade de Ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e em caso afirmativo regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Instrumentos Financeiros

a) Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com maturidades até dose meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

b) Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

d) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado o qual não difere materialmente do seu valor nominal, decorrente do efeito temporal não ser materialmente relevante, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

e) Especialização dos Exercícios:

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da

probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Redito da Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas, o seguro de acidentes de trabalho, as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo ao período, vence-se em 01 de janeiro do ano seguinte a que dizem respeito, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

- Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é calculada pelo método da linha reta (quotas constantes) e as taxas aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	86 002,00	348 706,19	17 850,01	23 442,74	476 000,94
Depreciações acumuladas	-	1 162,35	11 156,19	8 781,55	21 100,09
Saldo no início período	86 002,00	347 543,84	6 693,82	14 661,19	454 900,85
Variações do período	-	-	-	-	-
Total de aumentos	-	-	55 072,28	12 933,20	68 005,48
Total diminuições	-	6 974,12	9 335,30	3 335,13	19 644,55
Saldo no fim período	86 002,00	340 569,72	52 430,80	24 259,26	503 261,78
Valor bruto no fim período	86 002,00	348 706,19	72 922,29	36 375,94	544 006,42
Depreciações acumuladas no fim do período	-	8 136,47	20 491,49	12 116,68	40 744,64

5. Rendimentos e Gastos

5.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços	1 437 427,52	1 269 180,86
Total	1 437 427,52	1 269 180,86

5.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	2024	2023
Serviços especializados	479 566,57	335 559,35
Trabalhos especializados	72 954,03	30 332,48
Publicidade	8 926,07	8 989,27
Vigilância	657,96	751,44
Comissões	385 084,63	287 452,04
Conservação e reparação	10 972,95	7 238,00
Serviços Bancários	970,93	796,12
Materias	23 754,27	13 553,48
Ferramentas e utensílios	16 286,30	3 237,16
Material de escritório	633,86	6 069,89
Artigos para oferta	6 834,11	4 246,43
Energia e fluidos	24 702,22	28 505,19
Electricidade	2 449,45	1 309,66
Combustíveis	21 310,94	26 567,59
Água	519,51	592,84
Outros	422,32	35,10
Deslocações, estadas e transportes	16 866,04	10 826,79
Deslocações e estadas	16 866,04	10 826,79
Serviços diversos	139 449,71	108 594,86
Rendas e alugueres	65 879,35	43 955,03
Comunicação	7 028,39	9 822,37
Seguros	35 347,56	24 720,75
Contencioso e notariado	1 175,04	105,00
Despesas de representação	27 050,15	25 795,11
Limpeza, higiene e conforto	2 033,39	2 592,32
Outros serviços	935,83	1 604,28
Total	684 338,81	497 039,67

6. Instrumentos Financeiros

6.1 Reconciliação da quantia de financiamentos obtidos

Descrição	2024		2023
	Não-Corrente	Corrente	Corrente
Empréstimos bancários	229 668,77	60 472,19	48 311,08
Total	229 668,77	60 472,19	48 311,08

6.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio

Capital próprio - 2024

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Saldo Final
Capital	5 000,00	-	50 000,00
Reservas	253 774,57	52 500,00	396 281,16
Reservas legais	2 500,00	-	10 000,00
Outras reservas	251 274,57	52 500,00	386 281,16
Resultados Transitados	-	187 506,59	-
Total	258 774,57	240 006,59	446 281,16

Capital próprio - 2023

Descrição	Débitos	Saldo Final
Capital	5 000,00	5 000,00
Reservas	184 041,98	253 774,57
Reservas legais	2 500,00	2 500,00
Outras reservas	181 541,98	251 274,57
Resultados Transitados	-	-
Total	189 041,98	258 774,57

6.3 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Clientes	-	-	185 001,21	-	174 856,93
Diferimentos	-	-	6 103,70	-	4 001,73
Outras contas a receber	-	-	8 630,20	-	5 561,22
Passivos financeiros:					
Fornecedores	-	-	178 897,51	-	170 855,20
Outras contas a pagar	-	-	164 802,79	-	140 495,28
Outros Gastos:					
Impostos	-	-	10 682,48	-	16 899,67
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-	154 120,31	-	123 595,61
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-	33 243,20	-	29 308,16
Outros	-	-	23 605,94	-	19 670,90
Gastos e perdas de financiamento:					
Juros	-	-	0,11	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-	59 832,85	-	-
Outros Rendimentos:					
Subsídios das entidades públicas	-	-	9 637,26	-	9 637,26
Outros	-	-	18 077,47	-	14 424,97
Outros Rendimentos:					
Subsídios das entidades públicas	-	-	15 260,24	-	13 280,89
Outros	-	-	2 817,23	-	1 143,48
Outros Rendimentos:					
Subsídios das entidades públicas	-	-	13 577,90	-	3 157,36
Outros	-	-	4 013,56	-	3 067,15
	-	-	9 564,34	-	90,21

Em 2024 e 2023, foi atribuído pelo IEFP um subsídio para estágio profissional, no montante de 4.013,56€ e 3.067,15€ respetivamente.

7. Benefícios dos empregados

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa foi de 16 e 15.

A rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava o detalhe que se segue:

Benefícios dos Empregados		
Descrição	2024	2023
Remunerações Órgãos Sociais	85 184,16	80 609,72
Remunerações Pessoal	371 793,15	308 758,47
Encargos s/ remunerações	88 025,06	84 191,96
Seguros	3 225,93	1 946,02
Outros gastos c/ pessoal	5 868,46	2 879,55
Total	554 096,76	478 385,72

8. Acontecimentos após a data do balanço

Assim, nesta data, consideramos que este facto, embora não afete as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, possa ter um impacto positivo nas demonstrações financeiras do ano de 2024, não colocando em causa a continuidade da empresa.

9 - Divulgações exigidas por diplomas legais

9.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE- 2024

Descrição	Atividade CAE	Total
CAE	66220	
Vendas e prestações serviços	1 437 427,52	1 437 427,52
Fornecimentos e serviços externos	684 338,81	684 338,81
Gastos com o pessoal	554 096,76	554 096,76
Ativos fixos tangíveis	503 261,78	503 261,78
Investimento em curso		

Informação por CAE- 2023

Descrição	Atividade CAE	Total
CAE	66220	
Vendas e prestações serviços	1 269 180,86	1 269 180,86
Fornecimentos e serviços externos	497 039,67	497 039,67
Gastos com o pessoal	478 385,72	478 385,72
Ativos fixos tangíveis	102 198,92	102 198,92
Investimento em curso	352 701,93	352 701,93

9.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado - 2024

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Total
Vendas e prestações serviços	1 274 309,00	163 118,52	1 437 427,52
Fornecimentos e serviços externos	680 860,58	3 478,23	684 338,81
Outros rendimentos	9 564,34	-	9 564,34

Informação por mercado - 2023

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Total
Vendas e prestações serviços	1 269 180,86		1 269 180,86
Fornecimentos e serviços externos	489 338,42	7 701,25	497 039,67
Outros rendimentos	90,21	-	90,21

9.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Quotas próprias

A Entidade não detém quotas próprias, nem efetuou quaisquer transações com quotas próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

10. Impostos e Contribuições

Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	15 634,75	-		34 493,07
Retenção de impostos sobre		3 984,80		5 343,52
Imposto sobre valor acrescentado		468,30		1 581,49
Contribuições para a segurança		9 627,04		10 131,45
Fundo de garantia salarial		155,96		155,96
Total	15 634,75	14 236,10	-	51 705,49

Impostos - componentes:

Descrição	2024	2023
Resultado antes de impostos do	80 337,24	245 126,66
Imposto corrente	15 634,75	34 493,07
Imposto sobre o rendimento do	- 29 988,05	- 57 620,07
Tributações autónomas	- 5 844,94	- 6 228,04
Taxa efetiva de imposto	37,33%	23,51%

11. Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	342,67	328,19	21,00	649,86
Depósitos Ordem	229 049,38	5 671 663,19	5 693 464,84	207 247,73
Total	229 392,05	5 671 991,38	5 693 485,84	207 897,59

Os valores estão totalmente disponíveis para uso.

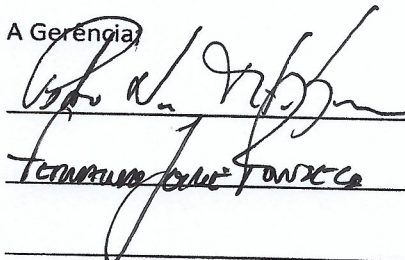
12. Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Método do Custo em Inv. Financeiros - movimentos do período:			
Descrição	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	1 000,00	44 134,67	45 134,67
Valor líquido inicial	1 000,00	44 134,67	45 134,67
Movimentos do período	250,00	-	250,00
Valor líquido final	1 250,00	44 134,67	45 384,67

Porto, 31 de março de 2025.

A Gerência



O Contabilista Certificado.

